



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO - RELACI

Emitente: Controladoria da Câmara Municipal de Aracruz

Unidade Gestora: Câmara Municipal de Aracruz

Gestor responsável Atual: Paulo Flavio Machado

Gestor responsável em 2018: Alcântaro Victor Lazzarini Campos

Exercício: 2018

Recebido em 29/03/19
[Assinatura]
A Presidência

1. Introdução

As atividades de controle interno da Câmara Municipal de Aracruz foram definidas com base no Plano Anual de Auditoria Interna de 2018 - PAAI, bem como nas Instruções Normativas que compõem o Sistema de Controle Interno do Poder Legislativo do Município de Aracruz.

Insta frisar as Ações de Controle Interno foram pautadas levando em consideração o interesse público, a razoabilidade e proporcionalidade e as possibilidades técnicas disponíveis. Neste sentido, cumpre informar que as atividades realizadas sofreram medida flexibilização em relação às constantes no PAAI, tudo dentro da normalidade, vez que o próprio Plano previu tal flexibilização consideradas as peculiaridades do setor.

No que se refere aos modelos e tabelas referenciais de relatórios disponibilizadas pela IN 43/2017 do TCES, deve-se ter em mente que tais modelos são de caráter sugestivo e não mandamental, assim sendo, este órgão de controle interno, considerando as idiossincrasias desta casa legislativa optou por utilizá-lo de forma parcial.

Não obstante a este fato, e visando atender ao máximo as sugestões desta Egrégia Corte de Contas na IN 43/2017, foi realizado um questionário, Processo 122/2019, junto ao setor financeiro e contábil sobre pontos de controle que diz respeito aos Itens de abordagem prioritárias e complementares. Note-se que as informações prestadas são de responsabilidade do chefe do setor financeiro e contábil desta casa de leis, considerado o princípio da boa-fé inerente aos servidores públicos.

[Assinatura]



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

Foi realizada ainda Auditoria Operacional, Processo 840/2018 no setor de Almoxarifado considerando a importância das atividades desempenhadas por aquele setor e a necessidade de atualização da Instrução Normativa que o disciplina.

A seguir encontram-se os pontos de controle com as informações fornecidas pelo setor financeiro e contábil acima mencionadas, bem como informações acerca da Auditoria, processo nº 840/2018, realizada no setor de Almoxarifado deste órgão.

Obs.: O código é o compatível com a Tabela Referencial 1 da IN 43/2017, exceto o 01.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
01	Sistema de Controle de Patrimônio – Setor Almoxarifado.	840/2018	Lei nº 8.666/93; Lei Municipal nº 3.708/2013; IN SCI nº 002/2013; IN SCP nº 001/2013.	Verificar se as rotinas do SCP obedecem à Legislação vigente; Avaliar a necessidade de atualização da Instrução Normativa que rege o setor.	12 Meses e 235 Itens	02 Meses Consecutivos e 20 Itens
Itens de Abordagem Prioritária Conforme IN 43/2017						
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho	122/2019	Lei 4.320/1964, art. 60.	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.		
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	122/2019	CF/88, art. 40, LRF, art. 69, Lei 9.717/1998, art. 1º, Lei 8.212/1991, Lei Local, Regime de competência.	Verificar se foram realizados os registros contábeis orçamentários e patrimoniais, das despesas com obrigações previdenciárias, decorrentes dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência.	Não aplicável	Não aplicável
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	122/2019	CF/88, art. 40, LRF, art. 69, Lei 9.717/1998, art. 1º, Lei 8.212/1991, Lei Local, Regime de competência.	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	Não aplicável	Não aplicável
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias - parte servidor	122/2019	CF/88, art. 40, LRF, art. 69, Lei 9.717/1998, art. 1º, Lei 8.212/1991.	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu repasse	Não aplicável	Não aplicável



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

			1, Lei Local.	tempestivo ao regime de previdência.		
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilizado de com inventário.	122/2019	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Não aplicável	Não aplicável
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	122/2019	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Não aplicável	Não aplicável
1.3.4	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	122/2019	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	Não aplicável	Não aplicável
1.4.6	Despesas com pessoal – abrangência.	122/2019	LC 101/2000, art. 18.	Avaliar se todas as despesas com pessoal, inclusive mão de obra terceirizada que se referem à substituição de servidores, foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF.	Não aplicável	Não aplicável
1.4.7	Despesas com pessoal – limite	122/2019	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	Não aplicável	Não aplicável
1.4.8	Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato	122/2019	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF.	Não aplicável	Não aplicável
1.4.10	Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações	122/2019	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF foram observadas.	Não aplicável	Não aplicável



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1.4.11	Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências / medidas de contenção	122/2019	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas.	Não aplicável	Não aplicável
1.4.13	Poder Legislativo Municipal – despesa com folha de pagamento	122/2019	CRFB/88, art. 29-A, § 1º.	Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.	Não aplicável	Não aplicável
1.4.18	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – pagamento	122/2019	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se o pagamento dos subsídios aos vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.	Não aplicável	Não aplicável
1.4.19	Despesas com pessoal – remuneração vereadores	122/2019	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Avaliar se o total da despesa com a remuneração dos Vereadores ultrapassou o montante de cinco por cento da receita do Município.	Não aplicável	Não aplicável
1.4.20	Poder Legislativo Municipal – despesa total	122/2019	CRFB/88, art. 29-A.	Avaliar se o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior.	Não aplicável	Não aplicável
Itens de Abordagem Complementar Conforme IN 43/2017						
2.2.8	Despesa pública – criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental al que acarrete aumento da despesa – estimativa de impacto orçamentário-financeiro.	122/2019	LC 101/2000, art. 16.	Havendo criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental com consequente aumento da despesa, avaliar se os atos foram acompanhados de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício e nos dois subsequentes e se foram acompanhados por declaração do ordenador de despesas de que o aumento acarretado teve	Não aplicável	Não aplicável



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

				adequação e compatibilidade orçamentária e financeira com a LOA, com o PPA e com a LDO.		
2.2.11	Execução de despesas – créditos orçamentários	122/2019	CRFB/88, art. 167, II.	Avaliar se houve realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais.	Não aplicável	Não aplicável
2.2.13	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	122/2019	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	Não aplicável	Não aplicável
2.2.24	Escrituração e consolidação das contas públicas	122/2019	LC 101/2000, art. 50 / Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP-EC c/c / NBC-T 16	Avaliar se a escrituração e consolidação contábil das contas públicas obedeceu ao que dispõe o artigo 50 da LRF e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.	Não aplicável	Não aplicável
2.2.28	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	122/2019	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	Não aplicável	Não aplicável
2.2.29	Déficit orçamentário – medidas de contenção	122/2019	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se foram expedidos atos de limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário e financeiro.	Não aplicável	Não aplicável
2.2.32	Pagamento de despesas sem regular liquidação	122/2019	Lei 4.320/1964, art. 62.	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.	Não aplicável	Não aplicável
2.2.34	Despesa – auxílios, contribuições e subvenções.	122/2019	Legislação específica.	Avaliar se houve concessão de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas sem previsão na LDO, na LOA e em lei específica.	Não aplicável	Não aplicável
2.3.5	Cancelamento de passivos	122/2019	CRFB/88, art. 37, caput. c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP e NBC T 16.	Avaliar se houve cancelamento de passivos sem comprovação do fato motivador.	Não aplicável	Não aplicável



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2. Auditorias e outros procedimentos realizados

Além das informações prestadas pelo setor financeiro e contábil, foi realizada uma auditoria, **processo nº 840/2018**, realizada no setor de Almoxarifado deste órgão que segue demonstrada no item 01 da tabela abaixo.

Obs.: O código é o compatível com a Tabela Referencial 1 da IN 43/2017, exceto o 01.

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
01	Instrução Normativa carecendo de atualização; Descumprimento de pontos da Instrução Normativa; Produtos Inflamáveis juntos dos demais; Existência de Comissão para recebimento de bens e produtos com valores inferior ao determinado pela Lei de Licitações.	Atualização da Instrução Normativa; Cumprimento fiel a todos os pontos da IN vigente; Segregação dos produtos inflamáveis dos demais; Recomendação de nomeação de comissão de recebimento de bens e produtos somente quando os valores ultrapassarem os previstos na Lei de Licitações.	Parcialmente solucionado. Atualização da IN em andamento; Produtos Inflamáveis foram segregados dos demais; os pontos da IN passaram a ser atendidos; A Portaria que nomeou comissão permanente de recebimento foi revogada
Itens de Abordagem Prioritária Conforme IN 43/2017			
1.1.2	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não houve despesas sem emissão de prévio empenho	Não se aplica
1.2.1	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, foram realizados os registros contábeis orçamentários e patrimoniais, das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência.	Não se aplica
1.2.2	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, foram realizados pagamentos tempestivos das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	Não se aplica
1.2.4	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, foram realizadas as retenções das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Não se aplica
1.3.1	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, foram verificadas as demonstrações contábeis e evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis e imóveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão.	Não se aplica



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

1.3.3	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Não se aplica
1.3.4	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício. Não houve aplicação dos valores registrados.	Não se aplica
1.4.6	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, todas as despesas com pessoal, inclusive mão de obra terceirizada que se refere à substituição de servidores, foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF.	Não se aplica
1.4.7	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, foram observados os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF.	Não se aplica
1.4.8	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não houve descumprimento de limites com aumento das despesas com pessoal.	Não se aplica
1.4.10	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, as despesas totais com pessoal não excederam o limite máximo permitido para o Poder Legislativo.	Não se aplica
1.4.11	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, as despesas com pessoal não ultrapassaram os limites legais.	Não se aplica
1.4.13	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.	Não se aplica
1.4.18	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, os subsídios dos vereadores obedeceram aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.	Não se aplica
1.4.19	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, a despesa com a remuneração dos Vereadores não ultrapassou o montante de cinco por cento da receita do Município.	Não se aplica
1.4.20	Segundo informações prestadas	Segundo informações prestadas	Não se aplica



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	pelo chefe do departamento financeiro e contábil, o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior.	
Itens de Abordagem Complementar Conforme IN 43/2017			
2.2.8	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, os atos foram acompanhados de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício e nos dois subsequentes e adequação e compatibilidade orçamentária e financeira com a LOA, com o PPA e com a LDO.	Não se aplica
2.2.11	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não houve realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais. Todavia, no que diz respeito às obrigações previdenciárias patronais (RPPS) sobre férias, despesa reconhecida por competência contra o passivo permanente, a dotação orçamentária específica não foi suficiente, sendo garantido, entretanto, a disponibilidade financeira correspondente a integralidade da referida obrigação.	Não se aplica
2.2.13	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, houve abertura de crédito adicional suplementar e especial com prévia autorização legislativa e com indicação dos recursos correspondentes.	Não se aplica
2.2.24	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, escrituração e consolidação contábil das contas públicas realizadas conforme NBCASP.	Não se aplica
2.2.28	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, os pagamentos obedecendo ordem cronológica.	Não se aplica
2.2.29	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não houve necessidade de medidas de contenção de despesas.	Não se aplica
2.2.32	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.	Não se aplica
2.2.34	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não houve concessão de auxílios, contribuições	Não se aplica



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

		ou subvenções a entidades privadas.	
2.3.5	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, houve cancelamento de passivos, referentes as Notas de Empenhos nºs 403/2017 e 432/2017 (Portaria nº 3.536/2018), inscritas em restos a pagar não processados, devido a duplicidade da NE nº 403/2017, e o não interesse da empresa "R.B.Sobreira Eirelli – EPP" (NE nº 432/2017) em entregar a mercadoria.	Não se aplica

3 – Outras Atividades desenvolvidas pelo Controle Interno

Além das atividades supracitadas, foram desenvolvidas outras atividades que visaram o aprimoramento do Sistema de Controle Interno da Câmara Municipal. São estas:

Abertura do Processo Administrativo Nº 930/2018 que solicitou informações e providências para atender a Recomendação do TCE-ES, Acórdão Nº 566/2018 que apurou suposta situação de duplo vínculo de servidora desta casa legislativa. As informações prestadas serão expostas e esclarecidas no RELUCI da PCA 2018.

Expedição de Memorando Nº 35/2018 de 22 de novembro de 2018, recomendando o Sr. Presidente em exercício na época a tomar providências para sanar atraso na Prestação de Contas Mensal. O detalhamento dos referidos atrasos serão apresentados no RELUCI da PCA 2018.

Implantação de Ouvidoria nesta Câmara Municipal com aprovação legislativa para a contratação do Ouvidor Legislativo que foi nomeado., tomou posse e entrou em exercício.

Acompanhamento e análise das Instruções Normativas vigentes com atualização em andamento da IN SCP Nº01/2013 que disciplina as regras do Sistema de Controle Patrimonial – Almoxarifado.

Adequações do Portal da Transparência com vistas a atender as exigências do Tribunal de Contas e da Lei de Acesso à Informação.



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Participação de todos os integrantes da Controladoria em cursos de capacitação.

4 – Tomadas de Contas Especiais (TCE) e Procedimentos Administrativos instaurados na UG

Não foi realizada Tomada de Contas Especiais de ofício, bem como não houve determinação do TCES para tanto.

Aracruz, 29 de março de 2019.

ROBERTO ANTÔNIO DE OLIVEIRA
Controlador da Câmara Municipal de Aracruz
Ato de Nomeação Nº 2.530/2019.

Paulo Flávio Machado
Presidente da Câmara